

As primeiras 24 horas: como o jornalismo aciona testemunhos para cobrir tragédias

Juliana Motta
Márcia Franz Amaral

Resumo:

Refletimos sobre a convocação e os usos dos testemunhos nas primeiras 24 horas de cobertura das tragédias, período em que as condições de produção do jornalismo são muito específicas. Partimos da discussão sobre o testemunho no telejornalismo (Gutman, 2014; Gadret, 2016; Lage, 2016;) e os modos de narrar das coberturas de desastres (Amaral; Lozano Ascencio, 2016), para observar três acontecimentos: o incêndio da boate Kiss, o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG) e o acidente aéreo com o time da Chapecoense. Inspiradas na proposta de “individualização do acontecimento” de França (2011), analisamos níveis de narrativização em 13 programas veiculados pela *Rede Globo* e desenvolvemos uma tipologia de funções de 110 testemunhos. Concluímos que os testemunhos desempenham quatro funções (conferir credibilidade à testemunha, caracterizar o acontecimento, caracterizar a vítima e expressar o impacto emocional), desdobradas em 18 subfunções. Também apontamos que quanto maior a desorganização das rotinas e as deficiências de apuração, maior é o protagonismo concedido ao testemunho.

Palavras-chave: Testemunho. Tragédia. Telejornalismo.

The first 24 hours: how journalism triggers testimonies to cover tragedies

Abstract:

We reflect on the calling and use of testimonies in the first 24 hours of coverage of tragedies, a period when the conditions of journalism production are very specific. We start from the debate about testimonies in television journalism (Gutman, 2014; Gadret, 2016; Lage, 2016) and the approaches of narrating disaster coverage (Amaral; Lozano Ascencio, 2016), in order to observe three events: Kiss nightclub fire, Samarco dam failure in Mariana, and Chapecoense Football Association plane crash. Based on França's proposal of “individuation of the event” (2011), we analyzed levels of narrativization in 13 programs broadcast by Rede Globo and developed a typology of functions based on 110 testimonies. We conclude that the testimonies perform four functions (conceding credibility to the witness, characterizing the event, characterizing the victim, and expressing the emotional impact), which we classified into 18 subfunctions. We also point out that the greater the disorganization of routines and the verification deficiencies, the greater the importance given to the testimony.

Keywords: Witness. Tragedy. Television journalism.

Recebido em: 20.06.23
Aprovado em: 12.10.23

Juliana Motta

Jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (UFSM/CNPq).

E-mail: ju.motta17@gmail.com

Márcia Franz Amaral

Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: marciafranz.amaral@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 20, n. 2, jul./dez. 2023.
ISSNe 1984-6924

Introdução

"E u vi tudo... a hora que começou, os vocalistas tentaram apagar o fogo, apavorado..."

"Veio aquele barulho muito forte. Parecia um filme de terror... O pessoal falava: a barragem estourou!"

"Eu me despedindo deles, eles diziam que iam em busca de tornar esse sonho realidade. E o sonho acabou nesta madrugada."

Os testemunhos são de pessoas afetadas por três tragédias brasileiras: o incêndio da boate Kiss, na cidade de Santa Maria (RS) em 2013; o rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco, na cidade de Mariana (MG) em 2015; e a queda da aeronave com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol (2016), na cidade de La Unión (Colômbia) em 2016. Os casos têm em comum seu grande poder de afetação (Quéré, 2005), a necessidade de responsabilização e, no caso de suas coberturas jornalísticas, o foco nas rupturas, falhas e negligências. Trata-se de tragédias excepcionais que demandam múltiplas vozes para descrevê-las, reconstituí-las e explicá-las.

Partimos da compreensão de que o aspecto testemunhal é intrínseco à prática jornalística. Ancorado em uma "matriz de verdade presumida", o discurso jornalístico apoia-se "em vozes de terceiro" (Casadei, 2013, p. 214), buscando conferir um efeito de veracidade e autenticidade ao relato. Também é inerente ao jornalismo transmitir a experiência vivida por uns ou presenciada por outros.

Embora a apuração e a reconstituição dos fatos façam parte da rotina jornalística, o processo ganha complexidade nas situações de tragédia (Amaral; Motta; Souza, 2022), especialmente quando a cobertura se desenvolve em tempo real e a urgência passa a ser um componente definidor. Nesses momentos, "a habilidade desenvolvida historicamente pelo jornalismo de controlar os acontecimentos" (Osório, 2018, p. 26) é colocada em xeque pela urgência, pressionando as rotinas produtivas usuais e impactando na convocação dos testemunhos.

Nosso objetivo é analisar as funções desempenhadas pelos testemunhos na cobertura das tragédias pela TV, período em que as condições de produção são muito específicas e as práticas jornalísticas tensionadas pelo caráter de urgência. Para a composição do *corpus*, utilizamos como marco temporal as primeiras 24 horas de cobertura pela *Rede Globo* após a irrupção do acontecimento, chegando a 13 programas jornalísticos e um total 110 testemunhos veiculados. Consideramos como testemunho a manifestação de quaisquer pessoas que tenham visibilidade pelo relato de sua experiência, pois presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele.

Metodologicamente, inspiramo-nos na individualização do acontecimento sistematizada por França (2011) para estabelecer nossas operações analíticas, divididas em três etapas: 1) descrição dos acontecimentos e das coberturas, 2) narrativa do acontecimento e 3) sistematização das funções em uma tipologia. Por fim, apresentamos as funções mais recorrentes em cada cobertura, pontuando o quanto as funções permitidas estão atreladas às limitações da cobertura, à necessidade de sustentar a transmissão ao vivo e de contornar as condições de produção adversas propiciadas pelo acontecimento.

O testemunho no telejornalismo

O século XX que foi chamado de "era das catástrofes" (Seligmann-Silva, 2003) em virtude das guerras e massacres, também ganhou a denominação de "era da testemunha" (Wieviorka, 1998) em uma referência à visibilidade das vítimas.

Mais do que uma valorização do direito à fala dos sobreviventes, essa mudança na perspectiva suscitou uma série de reflexões a respeito do estatuto do testemunho em diferentes áreas do conhecimento.

Conforme já abordamos em estudos anteriores (Motta; Quadros, 2018; Motta; Amaral, 2019), entre as principais discussões estão o aspecto lacunar do testemunho e a “comunicabilidade da experiência” (Lage, 2016). Como nos lembra Agamben (2008, p. 143), ao defender que os sobreviventes do holocausto falam em nome dos que sucumbiram, “o testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar”. Nessa mesma direção, Didi-Huberman (2012, p.137) afirma que “testemunhar é contar *apesar de tudo* que é *impossível totalmente*”. E é, justamente, por esse caráter inimaginável da experiência que as testemunhas precisam contar o que viveram.

Embora pertençam a outras perspectivas, essas reflexões nos ajudam a pensar sobre os testemunhos no jornalismo, especialmente a respeito do seu caráter corriqueiro na cobertura diária. Como pontua Lage (2016, p. 23), enquanto no holocausto o testemunho “esbarra no argumento do indizível, no impensável do acontecimento ou na necessidade de sobreviver contra sua improbabilidade”, o testemunho midiático é “uma possibilidade sempre iminente”.

Consideramos que a fala do outro sempre fez parte do discurso jornalístico. Entretanto, na televisão, a convocação de “case” ou “personagem” é quase um imperativo. Conforme critica Bruck (2012, p.68), muitas vezes, as redações gastam mais tempo na busca de um entrevistado que “vive esta ou aquela situação do que para estruturar a pauta a partir das informações essenciais”.

Usualmente, as manifestações das chamadas “pessoas comuns” são acionadas para exemplificar algum assunto e justificar a veiculação. Conforme Emerim (2012, p. 118), “na crença jornalística, o testemunho do anônimo, a pessoa comum, instrumentalizaria a mídia a respaldar seus argumentos”. Coutinho (2012, p. 151) também aponta que “populares” são acionados “quando exemplificam alguma situação-problema, oferecem alternativas de solução” ou relatam uma experiência vivida a partir de “aspectos pessoais, privados e quase sempre emocionais”. A autora acrescenta que esses papéis são potencializados pela narrativa emocional da televisão e com “propensão ao drama e à serialidade” (Coutinho, 2012, p. 55). Gadret (2016, p. 171) defende que o papel da emoção é ainda mais profundo, na medida em que “as qualidades estéticas da televisão acionam a emoção como eixo de produção de sentidos”. Por esse processo, a emoção pode ser introduzida, reforçada ou autenticada, dependendo da forma como a narrativa articula as dimensões verbais e audiovisuais e mobiliza sujeitos.

Para Charaudeau (2010, p. 194), as entrevistas de testemunho permitem apenas dois tipos de manifestação: como observador ou vítima de algum acontecimento. A eles, caberia apenas relatar “o que viu-ouviu e nada mais”. Gutmann (2014) também analisa os lugares destinados aos cidadãos comuns nos telejornais, apontando três possibilidades:

a de ator da ação, a figura do participante direto do acontecimento ou o personagem construído para ilustrar determinado fato (recém formado que ilustra o número de jovens em busca do primeiro emprego, por exemplo); a de testemunha, quando é um observador do acontecimento e atua na reportagem de modo a relatar o que viu; e a voz popular, quando aparece como mera audiência, sujeito comum que credencia o que se diz na notícia, estratégia cunhada de povo-fala ou fala-povo (Gutmann, 2014, p. 80).

O que todas essas perspectivas apontam é a existência de um lugar pré-determinado a ser ocupado pelas pessoas que narram suas experiências. Há um padrão de testemunho no telejornalismo centrado na figura da testemunha ocular (que atesta e confirma o que viu) ou na vítima (que sofre).

Lage (2016, p. 50) chama a atenção para duas posições antagônicas que circundam o testemunho do sofrimento. Se, por um lado, o relato das vítimas pode ficar centrado no lamento, no sofrimento, no drama; por outro, pode ser acionado de forma a incentivar sentimentos que predisponham à mobilização social, colaborando para a caracterização e discussão de questões públicas. O que demonstra a importância da reflexão sobre os modos como esses testemunhos são apropriados pelo jornalismo.

Urgência e cobertura de tragédia

Um dos maiores desafios do trabalho jornalístico nas primeiras horas de cobertura é compreender o acontecimento e articular uma explicação inicial. Além do aspecto desestruturador dos grandes acontecimentos, as coberturas de tragédia costumam ser pressionadas pelo caráter de urgência das transmissões, que tensionam as rotinas jornalísticas. E isso se deve tanto ao caráter do acontecimento, cujo “grau de extraordinariedade ultrapassa a capacidade dos jornalistas de buscar, no passado, subsídios para entender e controlar o que está acontecendo no presente”, quanto pela urgência, que diminui o tempo disponível para a tomada de decisões (Osório, 2018, p. 29).

Esse cenário impacta nas formas como as tragédias são narradas. Amaral (2020, p. 130) lembra que o aspecto temporal incide de muitos modos sobre o jornalismo: “há o tempo da produção da matéria jornalística, há a pressão do tempo na veiculação da informação e há a inscrição do tempo na narrativa do acontecimento”. Entretanto, na tragédia, esses tempos parecem perder os contornos de forma a ocorrerem, em certa medida, simultaneamente.

Ainda há de se considerar que as especificidades de cada acontecimento podem agravar esse processo. Geralmente, a apuração começa com a observação do repórter no local do fato. Porém, às vezes, as consequências são tão grandes que impedem o acesso dos jornalistas às áreas. Mesmo assim, a “cobertura tem o compromisso de dar uma explicação provisória para o ocorrido até que outros elementos sejam apurados e haja uma reconstituição de fato adensada por diversos dados e depoimentos” (Amaral; Lozano Ascencio, 2016, p. 248). E os testemunhos participam dessa configuração.

Diferentemente da cobertura de normalidade, na qual predominam as fontes oficiais, os testemunhos ascendem nas situações de tragédia. Como pontua Charaudeau (2010, p. 216), “a entrevista de testemunho é um gênero que se presume confirmar a existência de fatos (...) trazendo uma prova de autenticidade pelo visto-ouvido-declarado”. Além de conferirem efeito de verdade à cobertura, o testemunho, por vezes, é a única fonte de informação disponível no momento.

Tão necessário quanto estabelecer uma compreensão do que ocorreu, é delinear a dimensão humana da tragédia. Nesse ponto, os testemunhos são imprescindíveis. Pantti e Wahl-Jorgensen (2007, p.5, tradução nossa) afirmam que a cobertura de desastre é “emocional por natureza, tanto se for focada nas emoções dos indivíduos diretamente afetados pelas tragédias, como nas emoções coletivas da comunidade que reage às adversidades de outros como eles”. No entanto, acrescentamos que o modo e a ênfase no relato da emoção estão ligados à configuração dada pelo trabalho jornalístico.

Para isso, é comum as coberturas valorizarem “rostos, gestos, nomes próprios, expressões de dor, imagens de vítimas que dão um caráter humano e pessoal para todas as catástrofes e auxiliam na compreensão do acontecimento” (Amaral; Lozano Ascencio, 2016, p. 249). A personalização da tragédia também ocorre pela narração das histórias de vida das vítimas, em uma estratégia de “individualização da morte que reforça a familiarização com o morto, possibilitando a consternação coletiva” (Ribeiro; Sacramento, 2014, p.63).

Essas formas de afetação costumam ter diferentes enfoques ao longo da cobertura. Silva, Baptista e Souza (2019, p. 81), a partir de Pantti e Wahl-Jorgensen (2011), lembram que as coberturas apresentam diferentes etapas emocionais: “discurso do horror” (consequências imediatas), “discurso de dor” (vítimas e família-

res), “discurso da empatia” (decorrente dos testemunhos de vítimas) e “discurso da fúria” (responsabilizações). Consideramos que o testemunho pode contribuir com todas essas etapas da cobertura, inclusive nas que dizem respeito a posturas mais ativas e de questionamento. Há muitas possibilidades de se configurar uma tragédia e as falas das vítimas têm uma importância central (Amaral; Motta, 2017). Entretanto, cabe ao jornalismo autorizar que elas desempenhem papéis que excedam a experiência individual e iluminem problemas coletivos.

As especificidades dos acontecimentos

A tragédia da boate Kiss ficou assim conhecida depois de uma festa em Santa Maria (RS), na madrugada de 27 de janeiro de 2013, transformar-se na terceira tragédia mais letal em casas noturnas do mundo. As chamas provocadas por um sinalizador espalharam-se pelo revestimento acústico da boate, causando a morte de 242 pessoas.

A cidade de Mariana (MG), já famosa pelo seu patrimônio histórico e cultural, também passaria a ser conhecida por uma tragédia. No dia 5 de novembro de 2015, a Barragem do Fundão, controlada pela empresa Samarco Mineração S.A, rompeu e soterrou o subdistrito de Bento Rodrigues. O “tsunami de lama” matou 19 pessoas, destruiu 80% das casas e provocou um prejuízo ambiental incalculável.

A ascensão “meteórica” do time da Associação Chapecoense de Futebol, como definiram alguns jornalistas, foi interrompida pela queda da aeronave que levava a delegação de atletas, dirigentes e jornalistas para a primeira competição internacional do time. Na madrugada de 29 de novembro de 2016, o avião da companhia boliviana LaMia caiu em uma região montanhosa na Colômbia. Das 77 pessoas que estavam na aeronave, apenas seis sobreviveram.

Os três casos pertencem a diferentes ordens, possuindo especificidades do acontecimento muito distintas. Reconhecemos a dificuldade do trabalho jornalístico em acontecimentos extremos. A magnitude das consequências e potencial de afetação que conferem caráter de tragédia aos casos, também desafiam a capacidade de apuração e narração do jornalismo.

No caso Kiss, um incêndio numa região central transforma mais de 600 pessoas em sobreviventes, e o fato de a *Rede Globo* possuir uma emissora na cidade agiliza a apuração no local. No caso Samarco, um rompimento de barragem em uma área privada, soterra um distrito inteiro e interrompe estradas, prejudicando o acesso de jornalistas da emissora, que fica a cerca de 115 km da cidade. No caso Chapecoense, um acidente aéreo em outro país, em uma área de difícil acesso, e ainda com a presença de apenas uma equipe de jornalismo na Colômbia, deslocada para a então cobertura esportiva.

Isto é, um acontecimento produziu muitos sobreviventes, o outro isolou os sobreviventes, e o terceiro teve poucos sobreviventes e ainda em gravíssimo estado de saúde. Nesse contexto, olhamos o número de vezes em que foram veiculados os testemunhos em cada cobertura: caso Kiss, 41 testemunhos; caso Samarco, 13; caso Chapecoense, 56. O maior acionamento ocorreu, justamente, na cobertura com as maiores dificuldades iniciais (acontecimento em outro país, dificuldade de acesso, apenas uma equipe de reportagem no país).

São diferentes especificidades que podem impactar na convocação dos testemunhos. Consideramos que o jornalismo escolhe as fontes de acordo com os seus próprios interesses, a disponibilidade e, também, os interesses delas. Da mesma forma, o jornalismo também elege quais informações ou declarações vai utilizar. Essas escolhas obedecem a um conjunto de rotinas produtivas, interesses sociais e econômicos que compõem as narrativas. E o testemunho é conformado e submetido a essa articulação.

As coberturas e as limitações

Se a tragédia e suas particularidades desorganizam rotinas, é a urgência da cobertura ao vivo que potencializa e dá visibilidade a essas limitações. O que antes ficava escondido nos bastidores do trabalho jornalístico, passa a ser exposto ao telespectador, fazendo parte da narração que se constrói, ao mesmo tempo, em que é apurada. Como pontuou o âncora de uma das coberturas, “Estamos descobrindo juntos essa tragédia”. A metáfora do “gotejamento esporádico de dados” (Lozano Ascencio; Sánchez Calero; Morales Corral, 2017, p. 25) também é representativa dessa narrativa que vai se fazendo aos poucos. É desse contexto que o testemunho participa.

No caso Kiss, a cobertura ao vivo iniciou, por volta das 9 horas de domingo, quando os corpos ainda eram retirados da casa noturna. A grade de programação foi interrompida e a exibição das reportagens do programa *Esporte Espetacular* suspensa. Os apresentadores ancoraram a transmissão por três horas, com forte tom de improviso e baseada no relato de sobreviventes da tragédia – ouvidos ainda por telefone devido à falta de condições técnicas. Quase 12 horas após o início da cobertura e com um maior tempo para a mobilização das equipes, produção e edição, o programa *Fantástico* apresentou 16 reportagens e entradas ao vivo. No dia seguinte, o telejornal *Bom dia Brasil* seguiu com trabalho mais coordenado e a veiculação de 19 reportagens e entradas ao vivo. Essa evolução demonstra que a desestruturação foi sendo controlada pelas práticas. No início, a cobertura teve de dar conta de uma transmissão em caráter de urgência e fora da estrutura dos telejornais. Por isso, os testemunhos foram acionados para suprir essas deficiências iniciais, sendo o acontecimento apurado ao vivo a partir dos relatos de experiência.

Já a cobertura do caso Samarco ficou restrita aos telejornais. Sem transmissão ao vivo, o telespectador acompanhou uma cobertura já organizada e estruturada. O primeiro telejornal a noticiar o caso foi o *Jornal Nacional*, em torno de quatro horas após o rompimento, com a veiculação de menos de três minutos de produção divididos entre uma reportagem e uma entrada gravada por telefone. A cobertura continua, no *Jornal da Globo*, com a veiculação de uma reportagem, três entradas ao vivo e um vídeo testemunhal, num total de seis minutos destinados ao caso. No telejornal *Bom dia Brasil*, o tempo destinado ao caso é de quase 13 minutos, com a exibição de vídeo testemunhal, três entradas ao vivo e duas reportagens. Sem a necessidade de apurar o acontecimento em tempo real, as limitações foram controladas ao ponto de a primeira reportagem a ser exibida ter uma série de fontes oficiais.

Embora bem mais organizada e dentro dos telejornais, a cobertura da Chapecoense, também teve transmissão ao vivo e acionou os testemunhos para sustentar as primeiras horas. A cobertura do caso começou em torno de três horas após o acidente, com a interrupção da grade de programação para o “*Plantão Globo*”. O tom de urgência seguiu no telejornal *Hora Um da Notícia*, com notas e entradas ao vivo de Florianópolis, Chapecó e de Medellín. O caráter de excepcionalidade seguiu no telejornal *Bom dia Brasil*, com quase três horas de duração (duas a mais que o normal) em uma cobertura sustentada, inicialmente, pelo testemunho de autoridades de Chapecó. No decorrer do telejornal, a cobertura foi ficando cada vez mais estruturada, chegando a veicular 60 inserções (entre entrevistas em estúdio, reportagens, entradas ao vivo, notas, sonoras, comentários). No *Jornal Hoje*, o trabalho jornalístico está ainda mais organizado e centrado, essencialmente, na exibição de reportagens sobre os mais diversos aspectos do acidente e entradas ao vivo.

O olhar para as coberturas e suas limitações demonstra o quanto a cobertura ao vivo é determinante na convocação dos testemunhos. Os casos Kiss e Chapecoense têm limitações em virtude da transmissão em tempo real e, também, o maior número de acionamentos. Já no caso Samarco, sem a necessidade de apurar o acontecimento em tempo real, as limitações foram controladas ao ponto de a primeira reportagem exibida apresentar cinco fontes oficiais.

As coberturas mostram que é na urgência do ao vivo que crescem as limitações e as deficiências. São nesses momentos de falta de informações oficiais que o testemunho é acionado. Para compensar essas limitações, as três coberturas buscaram as pessoas com a maior proximidade possível com o acontecimento, conforme apresentaremos a seguir.

De quem são os testemunhos e o que dizem

Na cobertura da boate Kiss, 56% dos testemunhos foram provenientes dos sobreviventes (1º grau de proximidade), 32% de familiares e amigos (2º grau de proximidade) e 12% de moradores e voluntários (3º grau de proximidade). A análise demonstra a valorização da experiência direta. Os relatos dos sobreviventes foram os primeiros a serem convocados e sustentaram as horas iniciais da cobertura ao vivo, quando ainda era preciso compreender as causas do incêndio e as principais consequências. Já os testemunhos dos outros graus de proximidade foram veiculados depois de mais de 12 horas do início da cobertura, quando o acontecimento já se mostrava mais delineado.

A cobertura do rompimento da barragem é a que apresenta o menor número de testemunhos: apenas 13. Além disso, a veiculação ocorreu mais de 14 horas após o rompimento, no terceiro telejornal a noticiar o caso. Desse total, 61% foram provenientes de sobreviventes e moradores (1º grau de proximidade), 31% de familiares dos desaparecidos (2º grau de proximidade) e 8% de autoridades do município (3º grau de proximidade). Apesar do baixo número de acionamentos, predominou a experiência dos sobreviventes e afetados diretamente pelo acontecimento. Os testemunhos das outras categorias acompanham as demandas da cobertura que vão surgindo com o passar do tempo, como a busca por desaparecidos e o sentimento de familiares das vítimas.

O caso Chapecoense apresenta a particularidade de não possuir o primeiro grau de proximidade, devido à gravidade do acidente. Observamos que 61% foram provenientes de familiares, amigos de vítimas e dirigentes do clube (2º grau de proximidade) e 39% de autoridades, atletas e torcedores (3º grau de proximidade). A cobertura buscou os testemunhos das pessoas com maior proximidade possível com o acontecimento. Além disso, alguns testemunhos desse grupo estão ligados à urgência da cobertura ao vivo, na medida em que colaboraram com as primeiras horas de transmissão, no telejornal *Bom Dia Brasil*. Os depoimentos do terceiro grau de proximidade estão ligados ao avanço da cobertura, como a mobilização e a caracterização do sofrimento dos torcedores.

A análise dos graus de proximidade revela que, nas tragédias, as coberturas buscam convocar quem tem maior proximidade com o acontecimento, principalmente quando uma transmissão ao vivo está em curso e as limitações do trabalho jornalístico são maiores.

Para fins deste artigo, fizemos um recorte da análise das funções dos testemunhos a partir das suas dimensões verbais, por mais que as dimensões audiovisuais tenham sido também sistematizadas nesta pesquisa. Quatro funções foram identificadas nas três coberturas: “conferir credibilidade à testemunha”, “caracterizar o acontecimento”, “caracterizar a vítima” e “expressar o impacto emocional”, que se desdobram em 18 subfunções.

A função **conferir credibilidade à testemunha** diz respeito às particularidades do entrevistado que justificam a convocação para a narrativa e a confiabilidade de seu testemunho. É composta por duas subfunções:

1. **autodenominação como testemunha ocular:** quando o próprio sobrevivente afirma a sua condição de testemunha ocular como forma de provar que visualizou o ocorrido (“*Onde você estava no momento do incêndio? Eu tava na frente do palco, eu sou amiga dos cantores (...) daí eu vi tudo*”) e, por isso, pode prestar testemunho;

2. **contextualização da testemunha:** quando o testemunho faz menção a informações complementares (*“Você estava sozinha ou acompanhada? Com minha irmã e minhas amigas”*). Essa função também é uma forma de sustentar o tempo da cobertura ao vivo.

A função **caracterizar o acontecimento** ocorre quando os testemunhos colaboram para a apuração e delineamento do caso. É composta por cinco subfunções:

1. **apontamento das causas:** quando o testemunho indica o que e como ocorreu o acontecimento (*“Daí aquela faísca pegou no teto de espuma, né... quando os vocalistas viram que começou a incendiar, eles pegaram o extintor que não funcionou”*);
2. **confirmação/negação de informações iniciais:** quando o testemunho ratifica ou contesta questões já apuradas pelos jornalistas (*“O instrumento que ele usava era um sinalizador? Olha, eu não entendo muito, saía uma faíscazinha, só que ali quando pegou no teto, acho que por causa da espuma, esquentou e se alastrou o incêndio rápido”*);
3. **esclarecimento de questões polêmicas:** quando o testemunho esclarece controversas do caso (*“Quando a gente chegou na porta, o segurança barrou, disse que ninguém ia sair sem pagar a comanda”*);
4. **informação sobre "o antes" da irrupção:** quando o testemunho relata situações que antecedem a tragédia (*“E aí eu marquei o horário da decolagem e chegando no hotel, eu comecei a passar mensagem pra saber se tinham chegado no destino. E nenhum me respondeu”*);
5. **descrição da fuga e dos resgates:** quando o testemunho exprime a emergência e as dificuldades enfrentadas na fuga e nos resgates (*“Nós tivemos de entrar numa caminhonete. E uma menina falando: o mundo tá acabando! Quando chegamos no alto da caixa d’água, aí começamos a correr pro mato”*).

A função **caracterizar a vítima** reúne os testemunhos que reconstroem as trajetórias de vida. É composta por apenas uma função:

1. **narração de histórias de vida:** quando os testemunhos fornecem características das vítimas (*“Sempre teve vontade de ser jogador de futebol, e com muito sacrifício chegou lá”*) e do seu momento atual (*“O filho dele nasceu agora, tem uns 4 meses, e ele tava muito feliz”*).

A função **expressar o impacto emocional** engloba os testemunhos que revelam os diferentes reflexos emocionais da tragédia. É composta por 10 subfunções:

1. **indicação de ruptura da normalidade:** quando os testemunhos remetem à experiência do passado feliz em oposição ao presente trágico (*“E eu me despedindo deles, eles diziam que iam em busca para tornar esse sonho realidade. E... o sonho acabou nesta madrugada”*);
2. **expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência:** quando o testemunho manifesta a perplexidade com o acontecimento e a sobrevivência (*“A cena que eu vi lá, sinceramente, não tem como descrever”, “Eu nem acredito, não caiu a ficha que tô viva”*);
3. **ilustração do alívio pela sobrevivência:** quando o testemunho demonstra o alívio e, de certa forma, a alegria de ter superado os infortúnios da tragédia (*“[repórter] E aí você conseguiu encontrar os seus filhos? [sobrevivente] Graças a Deus, nós conseguimos! [repórter] mas até então achou que eles... [sobrevivente] ... tinham morrido. [repórter] e o reencontro? [testemunho] Nossa! Foi só felicidade!”*);

4. **manifestação de indignação:** quando o testemunho demonstra a inconformidade com o ocorrido e a conduta das pessoas que foram responsáveis, de alguma forma, pela tragédia (“*Eu achei um absurdo, as pessoas morrendo e eles pensando no dinheiro*”);
5. **ilustração do sofrimento:** quando o testemunho expressa a dor e o desespero da experiência traumática (“*Foi assim... um inferno. As pessoas gritando, ensanguentadas, algumas parece que a pele tava caindo*”; e decorrente da perda das vítimas (“*É uma dor muito grande, que só uma mãe... sabe*”);
6. **ilustração da angústia pela falta de informações:** quando o testemunho narra a aflição de não saber a localização e o estado de saúde das vítimas (“*Tô procurando até agora nos hospitais*”);
7. **ilustração da esperança/desesperança:** quando os testemunhos demonstram a expectativa pela recuperação das vítimas (“*Que Deus ilumine que nosso filho possa voltar pra casa de novo*”) ou a descrença quanto à possibilidade da sobrevivência (“*Queria ele vivo, de verdade, mas acho que não vou conseguir não*”);
8. **ilustração da comoção:** quando os testemunhos demonstram que a tragédia atinge a todos, até mesmo quem não tem envolvimento direto com o caso (“*Muito triste, não precisa ser parente pra se emocionar*”);
9. **ilustração da resignação:** quando os testemunhos demonstram o sentimento de aceitação e impotência frente à tragédia (“*Eu tô triste. Muito triste. Mas... diz que a vida continua, só o tempo pra amenizar um pouco essa coisa, né?*”);
10. **ilustração da solidariedade:** quando o testemunho relata os sentimentos decorrentes das atitudes de voluntariado (“*Falei que a forma de a gente agradecer era poder tá aqui ajudando. A gente não tem ninguém ferido na família*”).

Para uma melhor visualização, reunimos todas as funções e subfunções no quadro abaixo.

Quadro 1: Tipologia do testemunho na cobertura de tragédias

| Funções | Subfunções |
|---------------------------------------|---|
| Conferir a credibilidade à testemunha | Autodenominação como testemunha ocular |
| | Contextualização da testemunha |
| Caracterizar o acontecimento | Apontamento das causas |
| | Confirmação/negação de informações iniciais |
| | Esclarecimento de questões polêmicas |
| | Informação sobre o "antes" da irrupção |
| | Descrição da fuga e dos resgates |
| Caracterizar a vítima | Descrição das histórias de vida |

| | |
|-------------------------------|--|
| Expressar o impacto emocional | Indicação de ruptura da normalidade |
| | Expressão de incredulidade pela tragédia e sobrevivência |
| | Ilustração do alívio pela sobrevivência |
| | Manifestação da indignação |
| | Ilustração do sofrimento |
| | Ilustração da angústia pela falta de informações |
| | Ilustração da esperança/desesperança |
| | Ilustração da comoção |
| | Ilustração da resignação |
| Ilustração da solidariedade | |

Fonte: elaboração das autoras.

A tipologia fornece-nos uma visão ampla, como um mapa, mas não aponta as lógicas internas que influenciam na ocorrência de cada função. Por isso, pontuamos, em cada cobertura, fatores que corroboram o argumento de que não só as convocações, mas também as funções dos testemunhos estão ligadas às especificidades do acontecimento, à cobertura ao vivo e às limitações do trabalho jornalístico.

Funções no caso Kiss

Os testemunhos desempenharam três grandes funções: “conferir credibilidade à testemunha” (60%), “caracterizar o acontecimento” (33%) e “expressar o impacto emocional” (7%). Em sua maioria, os testemunhos foram acionados para colaborar com o delineamento do caso. Embora esse tipo de relato seja utilizado, usualmente, de maneira instrumental como prova de verdade, sustentamos que o olhar para a ocorrência das subfunções demonstra algumas rupturas.

Quadro 2: Ocorrência das funções e subfunções no caso Kiss

| Funções | Subfunções |
|---|---|
| Conferir a credibilidade à testemunha 7% | 5,5% - Autodenominação como testemunha ocular |
| | 1,5% - Contextualização da testemunha |
| Caracterizar o acontecimento 60% | 7% - Apontamento das causas |
| | 12% - Confirmação/negação de informações iniciais |
| | 14% - Esclarecimento de questões polêmicas |
| | 3% - Informação sobre o "antes" da irrupção |
| | 24% - Descrição da fuga e dos resgates |

| | |
|--------------------------------------|---|
| Expressar o impacto emocional 33% | 4% - Indicação de ruptura da normalidade |
| | 2,5% - Expressão de incredulidade pela tragédia e sobrevivência |
| | 4% - Manifestação da indignação |
| | 12% - Ilustração do sofrimento |
| | 5% - Ilustração da angústia pela falta de informações |
| | 3% - Ilustração da comoção |
| | 2,5% - Ilustração da solidariedade |

Fonte: elaboração das autoras.

A subfunção mais recorrente foi a “descrição da fuga e dos resgates” (24%), evidenciando a caracterização do acontecimento por suas consequências imediatas. Já as subfunções “esclarecimento de questões polêmicas” (14%) e “confirmação/negação de informações iniciais” (12%) e “apontamento das causas” (7%) representam uma ruptura nas práticas habituais, pois desempenharem papéis que, normalmente, são exercidos pelas fontes oficiais.

Como esperado em tragédias, o aspecto emocional foi privilegiado, entretanto, os testemunhos emocionais não ficaram restritos às funções usuais, exercendo papéis mais ativos. Entre todas as subfunções desse grupo, a ocorrência da “manifestação da indignação” surpreende, porque os testemunhos com caráter de denúncia e potencial político não são comuns nos momentos iniciais da cobertura. Por isso, consideramos essa função uma ruptura, na medida em que os testemunhos foram mais reivindicadores, ao questionarem responsabilidades e manifestarem indignação com a tragédia e suas circunstâncias.

A análise específica do caso demonstra que os testemunhos exerceram papéis para além dos usuais, porque a cobertura precisou dar conta de suas limitações, potencializadas pelas especificidades do acontecimento e pela transmissão ao vivo. Em virtude dessas condições, os testemunhos tiveram um papel de protagonismo nos primeiros momentos, sustentando horas de transmissão ao vivo e “compensando” as deficiências do trabalho jornalístico.

Funções no caso Samarco

Os testemunhos desempenharam duas funções: caracterizar o acontecimento (53%) e expressar o impacto emocional (47%). Além de mais restritas, também chama a atenção o fato de a função “conferir credibilidade à testemunha” não ter sido identificada na cobertura, corroborando o argumento de que as funções dos testemunhos estão atreladas às condições de produção e demandas do trabalho jornalístico. Já a análise das subfunções aponta para a recorrência dos papéis usuais concedidos aos testemunhos, conforme o quadro abaixo.

Quadro 3: Ocorrência das funções e subfunções no caso Samarco

| Funções | Subfunções |
|-------------------------------------|--|
| Caracterizar o acontecimento 47% | 47% - Descrição da fuga e dos resgates |

| | |
|--------------------------------------|---|
| Expressar o impacto emocional 53% | 6% - Expressão de incredulidade pela tragédia e sobrevivência |
| | 17,5% - Ilustração do sofrimento |
| | 17,5% - Ilustração da angústia pela falta de informações |
| | 6% - Ilustração do alívio pela sobrevivência |

Fonte: elaboração das autoras.

Quase a metade dos testemunhos foi convocada para expressar uma única subfunção: a “descrição da fuga e dos resgates” (47%). Embora caracterize o acontecimento, essa subfunção remete aos episódios mais espetaculares e acionados reiteradas vezes pela cobertura. Na sequência, sobressaem-se as subfunções “ilustração do sofrimento” (17,5%) e “angústia pela falta de informações” (17,5%). Relacionando esses dados com o estatuto de quem presta testemunho, concluímos que, majoritariamente, os sobreviventes foram convocados apenas para descrever a fuga e os resgates, expressar a incredulidade pela tragédia, e o alívio pela sobrevivência. Já os relatos dos familiares das vítimas, ilustraram o sofrimento e a angústia pela falta de informações.

Atribuímos a reduzida variedade de funções/subfunções e o baixo número de testemunhos à ausência de uma cobertura ao vivo. Sem esse fator de tensão, que exacerba as limitações de uma apuração que se desenvolve em tempo real, a cobertura não precisou utilizar os testemunhos como forma de dar conta de suas deficiências. Ainda acrescentamos o poder econômico e social da mineradora e a capacidade de atender às demandas de comunicação em um momento de crise. Nas primeiras horas, a multinacional já havia disponibilizado nota oficial e vídeo com o presidente da mineradora falando de ações que seriam tomadas. Isto é, quando não falta acesso às fontes oficiais, o testemunho é relegado aos seus papéis habituais.

Funções no caso Chapecoense

Três funções foram identificadas na cobertura do caso Chapecoense: “caracterizar o acontecimento” (12%), “caracterizar a vítima” (8%), e “expressar o impacto emocional” (80%). Os índices mostram que, primordialmente, os testemunhos ilustraram emoções e sentimentos mobilizados pelo acontecimento, um papel usual autorizado pelo jornalismo.

Além dessa predominância, apenas três subfunções corresponderam a mais da metade dos casos: ilustração do sofrimento (26,3%), expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência (14%) e indicação de ruptura da normalidade (12,5%), conforme quadro abaixo:

Quadro 4: Ocorrência das funções e subfunções no caso Chapecoense

| Funções | Subfunções |
|-------------------------------------|---|
| Caracterizar o acontecimento 12% | 12% - Informação sobre "o antes" da interrupção |
| Caracterizar a vítima 8% | 8% - Descrição de histórias de vida |

| | |
|--------------------------------------|--|
| Expressar o impacto emocional 80% | 12% - Indicação de ruptura de normalidade |
| | 14% - Expressão de incredulidade pela tragédia e sobrevivência |
| | 7% - Ilustração da angústia pela falta de informações |
| | 26,5% - Ilustração do sofrimento |
| | 4% - Ilustração da esperança/desgraça |
| | 9% - Ilustração da comoção |
| | 7% - Ilustração da resignação |

Fonte: elaboração das autoras.

Ainda que se trate de experiências únicas e pessoais, os testemunhos foram convocados para reiterar os mesmos pontos de vista. Um indício, também, de que um maior número de convocações não está ligado a maior pluralidade de papéis, já que este foi o caso com mais testemunhos acionados, mas não o com mais funções/subfunções.

Outra particularidade do caso é a ocorrência da função “caracterizar a vítima”, na qual os testemunhos reconstruem a trajetória de vida dos jogadores. Fazer pequenas biografias (Ribeiro; Sacramento, 2014) dos mortos é, relativamente, frequente nas coberturas de tragédia. Contudo, no caso Chapecoense, consideramos que a construção desse perfil de vítimas foi antecipada, em virtude do estatuto social das vítimas.

A análise específica do caso demonstrou uma estabilidade da cobertura a partir da manutenção de rotinas produtivas usuais. Apesar de todas as especificidades do acontecimento – ausência de sobreviventes, acidente em outro país, local de difícil acesso – a cobertura já foi apresentada com uma certa organização ao telespectador.

A cobertura ao vivo, outro fator que tensiona a convocação dos testemunhos, é representativa dessas limitações iniciais. Os testemunhos das pessoas com maior proximidade (o prefeito de Chapecó e o dirigente do clube) foram acionados para dar conta das deficiências. Não há dúvidas de que a contribuição deles foi significativa, pois desempenharam sete das nove subfunções identificadas em toda a cobertura. Contudo, com o avanço das horas, dividiram espaço com uma série de entradas ao vivo e reportagens com fontes oficiais.

Por isso, compreendemos que a cobertura não permitiu que os testemunhos exercessem funções para além das usuais, porque não precisou. As limitações em virtude do acontecimento e do ao vivo ocorreram, porém não foram tão intensas ao ponto de a cobertura conceder maior protagonismo aos testemunhos.

Considerações Finais

A análise demonstrou a variedade de papéis que os testemunhos podem exercer, na medida que desempenham quatro funções e 18 subfunções. Por outro lado, identificamos que poucas excedem os papéis usuais destinados aos testemunhos de ilustrar situações e sentimentos, restringindo-se aos papéis mais passivos de lamento e sofrimento.

No caso Samarco, quase todos os testemunhos têm em comum uma particularidade: são acionados a partir dos aspectos mais espetaculares do acontecimento. É a sobrevivente que acha que o mundo vai acabar e que diz ter vivido um filme de terror e a mãe que foge sem os filhos, por exemplo. Em nenhum momento, a cobertura convoca os testemunhos para falar sobre as causas do acontecimento e possíveis responsáveis, mesmo a mineração fazendo parte do dia a dia desses sobreviventes e familiares de vítimas. Além disso, e embora

não seja o objetivo deste artigo, não pode ser ignorada a influência do poder econômico de uma grande corporação e a atuação de uma assessoria de imprensa que fez a gestão de crise e, nas primeiras horas, já havia fornecido vídeo com posicionamento oficial do presidente da empresa.

No caso Chapecoense, o foco também é o impacto emocional, mas centrado na dor de uma cidade inteira que estava preparada “*para uma festa e acordou com uma tragédia*” e “*perde os seus heróis*”. Predominam os testemunhos de uma legião de torcedores e moradores que se manifesta como se tivesse perdido familiares. As exceções são os testemunhos veiculados na cobertura ao vivo, que contribuem com a caracterização do acontecimento ao abordarem fatos anteriores à irrupção do acontecimento. Embora tivessem falado sobre os voos anteriores realizados com a mesma companhia e problemas na liberação da aeronave, dirigente e prefeito não foram questionados sobre responsabilidades, por exemplo. Essas questões foram destinadas a outras fontes. Isto é, a cobertura não autorizou que os testemunhos excedessem as funções habituais, porque não precisou compensar limitações da apuração.

Já no caso Kiss, apesar de ter convocado os testemunhos para uma série de papéis mais ligados ao sofrimento de sobreviventes e familiares, também autorizou que eles fossem além: manifestassem indignação quanto às responsabilidades pela tragédia, esclarecessem questões polêmicas, apontassem causas e confirmassem/negassem informações iniciais. Argumentamos que todas essas perspectivas só foram autorizadas porque a cobertura tinha que dar conta das suas próprias deficiências, potencializadas pela cobertura ao vivo. Só por isso, os testemunhos desempenharam funções, geralmente atribuídas às fontes oficiais.

Por isso, compreendemos que o testemunho é uma necessidade da cobertura ao vivo de tragédia. Assim, quanto maiores as desestruturações, maiores as convocações e a autorização para ocuparem outros espaços para além dos usuais. Quando falta a fonte oficial, é nos testemunhos que o jornalismo vai buscar elementos para suprir suas limitações para contornar as especificidades do acontecimento e sustentar a transmissão ao vivo. Nesse contexto, a cobertura de tragédias estabelece uma relação de dependência do testemunho, que é agravada pela urgência e pela falta de preparação do campo jornalístico para enfrentar as tragédias. A associação desses fatores alimenta esse ciclo de limitações e, conseqüentemente, a necessidade de acionamento do testemunho para amenizá-las.

Referências

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

AMARAL, M.; LOZANO ASCENCIO, C. Palavras que dão a volta ao mundo: a personalização das catástrofes na mídia. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, Equador, n. 130, p. 243–258, dez. 2016. Quadrimestral.

AMARAL, M.; LOZANO ASCENCIO, C.; CRISTOBAL, E. Indicadores para análise das narrativas jornalísticas sobre desastres: em busca de invisibilidades e saliências. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, Equador, n. 144, p. 125–140, ago. 2020. Quadrimestral.

AMARAL, M.; MOTTA, J.; SOUZA, E. Comoção pública e os testemunhos da destruição, da urgência e do sofrimento: De Mariana à Brumadinho. **Revista Eco-Pós**, Brasil, v. 25, n. 2, p.24–47, out. 2022. Bimestral.

BRUCK, M. S. O superficial aparente: notas sobre a natureza do discurso jornalístico. CARVALHO, C. A.; BRUCK, M. S (orgs). **Jornalismo: cenários e encenações**. São Paulo: Intermeios, 2012.

CASADEI, E. **Os códigos padres de narração e a reportagem**: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX. 2013. 467 f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHOULIARAKI, L. O 11 de Setembro, a sua colocação em imagens e o sofrimento à distância. In: DAYAN, D. (org.). **O terror espetáculo: terrorismo e televisão**. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 173–192.

COUTINHO, I. **Dramaturgia do Telejornalismo**: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2012.

DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa, Portugal: 2012.

EMERIM, C. **As entrevistas na notícia de televisão**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

FRANÇA, V. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, Portugal, n. 10, p. 59–72, jun. 2011.

GADRET, D. **A emoção na reportagem de televisão**: as qualidades estéticas e a organização do enquadramento. 2016. 189 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GUTMANN, J. **Formas do telejornal**: linguagem televisiva, jornalismo e mediações culturais. Salvador: Edufba, 2014.

LAGE, L. **Testemunhos do sofrimento nas narrativas jornalísticas**: Corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum. 2016. 218f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LOZANO ASCENCIO, C., SÁNCHEZ CALERO, M.; MORALES CORRAL, E. **Periodismo de riesgo y catástrofes**: En los telediarios de las principales cadenas de televisión em España. Madrid: Editorial Fragua, 2017.

MOTTA, J.; AMARAL, M.; Os lugares concedidos aos testemunhos nas narrativas televisivas de tragédias. In: BRUCK, M.; OLIVEIRA, M.; MORAIS, J. (orgs). **Testemunhas e testemunhos do contemporâneo**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2019. p. 11–26.

MOTTA, J.; QUADROS, M. Apontamentos sobre o estado da arte das pesquisas sobre testemunho no Brasil. In: 2º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO, 2018, Frederico Westphalen. **Anais [...]**. Frederico Westphalen: Decom, 2018. p. 342–356.

OSÓRIO, M. **O ciberacontecimento Breaking News**: uma proposta teórico-metodológica para a compreensão de notícias urgentes. 2018. 215f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

PANTTI, M. & WAHL-JORGENSEN, K. On the political possibilities of therapy news: Media responsibility and the limits of objectivity in disaster coverage. **Estudos em Comunicação**, v.1, p. 3- 25. 2007.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos: Revista de Comunicação, Educação e Cultura**, n. 6, p.59–75, 2005.

RIBEIRO, A.; SACRAMENTO, I. Jornalismo e Histórias de vida: o trágico e o melodramático na cobertura televisiva do incêndio da boate Kiss. FREIRE FILHO, J., COELHO, M. (Orgs). **Jornalismo, Cultura e Sociedade**: Visões do Brasil contemporâneo. Sulina, 2014.

SELIGMANN-SILVA, M. **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SILVA, M.; BAPTISTA, C.; SOUZA, J. Ética periodística en la cobertura mediática del incendio de Pedrógão Grande (Portugal) el verano de 2017. AMARAL, M.; LOZANO ASCENCIO, C. (Orgs). **Periodismo y desastres**: múltiples miradas. Barcelona: InCom- UAB/ Editorial UOC, p. 81–98, 2019.

WIEVIORKA, A. **L'ère du témoin**. Paris: Hachette Littératures, 1998.